



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 34ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00258912520198172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DEYVSON DE ARAGAO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA LESÃO PREEXISTENTE

Conforme já esclarecido anteriormente pela ré, a presente demanda se pauta em lesão adquirida anteriormente ao acidente alegado, supostamente ocorrido em **11.12.2017**.

Merece destaque que o autor ingressou com pedido administrativo e após análise pericial foi constatado debilidade no Membro inferior esquerdo recebendo o valor de **R\$ 843,75(oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)** em razão da invalidez no tornozelo esquerdo.

CUMPRE-NOS ESCLARECER QUE O AUTOR SOFREU OUTRO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO EM 11.10.2008, MOMENTO EM QUE ADQUIRIU LESÃO NO TORNOZELO ESQUERDO.

ORA, EXA., O AUTOR SOFREU DOIS ACIDENTES EM DATAS DISTINTAS E ALEGA TER SOFRIDO LESÃO NO MESMO MEMBRO, CAUSANDO, ASSIM, NO MÍNIMO, ESTRANHEZA À RÉ, POIS DE ACORDO COM O AUTOR O MESMO SOFREU INVALIDEZ NO MEMBRO QUE JÁ ESTAVA INVÁLIDO!!

OCORRE QUE TAL LESÃO É PREEXISTENTE, DESDE 11.10.2008, DATA DO 1º SINISTRO REQUERIDO PELA AUTORA, HAVENDO VALOR PAGO PELA RÉ EM SEDE ADMINISTRATIVA POR LESÃO NO JOELHO ESQUERDO, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.

ACIDENTE: 11.10.2008

PAGAMENTO R\$ 1.687,50(mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

REQUISITADO POR: 6º CIRC. CORDEIRO Ofício nº. 121 Data: 19 de Fevereiro de 2009

ENCAMINHAR PARA :

Os Médicos Legistas abaixo assinados, cumprindo determinação do Diretor do Instituto Médico Legal Antônio Persivo Cunha, de acordo com o disposto na legislação vigente, examinado às 18:15 horas do dia 27 de março de 2009, na Seção de Clínica Médico-legal, procederam o exame de: **DEYVSON DE ARAGÃO**, filho(a) de **EDNA DE ARAGÃO** e **PAI NÃO DECLARADO** de cor **parda**, sexo **masculino**, cabelos **castanhos ***, barba ***** ***, estado civil **solteiro**, aparentando a idade de 23 anos, peso 70 Kg, com 175 cm de estatura, residente à **RUA DA SANTINA nº 437**, bairro **VASCO DA GAMA**, município **RECIFE**, Estado **PE**, natural de **RECIFE / PE**, nacionalidade **BRASILEIRO**, documento apresentado **RG Nº 6864341**, profissão ******; vestes ******, sinais particulares ******, local da ocorrência ******, verificaram o que, a seguir, descrevem, pelo que respondem a estes quesitos:.

1º Houve lesão à integridade corporal ou à saúde do examinado? **SIM.**

2º Qual o instrumento ou o meio que a ocasionou? **INSTRUMENTO CONTUNDENTE.**

3º Da lesão resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função, perigo de vida, aceleração de parto, incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias? (especificar) **SIM. INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS POR MAIS DE 30 (TRINTA) DIAS E DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.**

4º Da lesão resultou deformidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, enfermidade incurável, incapacidade permanente para o trabalho, aborto? (especificar) **SIM. DEFORMIDADE PERMANENTE.**

***** HISTÓRICO** - Periciando refere que sofreu acidente automobilístico no dia 11/10/2008, enquanto andava de bicicleta. Diz que foi atendido no Hospital Getúlio Vargas e depois transferido para o hospital de Paulista, onde foi submetido a cirurgia ortopédica. Traz declaração do segundo hospital acima citado, que diz: "...fratura de tornozelo... foi submetido a procedimento cirúrgico de fratura-luxação no tornozelo esquerdo...".

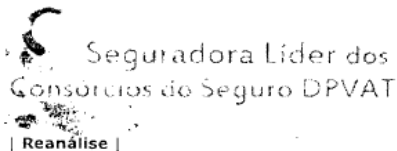
***** DESCRIÇÃO** - Apresenta marcha claudicante, limitação na flexo-extensão do pé esquerdo e cicatrizes nas faces medial (60 milímetros) e lateral (110 milímetros) do tornozelo esquerdo, ambas cicatrizes hipertróficas. Solicito documentação fotográfica.

***** EXAMES SOLICITADOS / RESULTADOS** - . . .

***** DISCUSSÃO / CONCLUSÃO** -

Lido e achado correto o médico legista que assina Dr^(a). **FERNANDO AUGUSTO DE MENDONÇA NETO**

CDM 0541



Alive

GE - 1 Via - 9001111524113



Parecer Médico

PRESTADORA:	Amorim e Mattos Serviços Médicos Especializados Ltda	
NOME DA VÍTIMA:	DEYVSON DE ARAGAO	
NÚMERO DO SINISTRO:	2009/136975	DATA DO ÚLTIMO DOCUMENTO: 08/08/09.
DATA DO ACIDENTE:	11/10/2008	DATA LIMITE PARA LIQUIDAÇÃO: 03/09/09.
UF:	PE	
SEGURADORA:	FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A	
REGULADORA:	Antoneli Regulação de Sinistros Ltda	

DIAGNÓSTICO:
TRAUMA NO TORNOZELO ESQUERDO

SEQÜELAS PERMANENTES:
(M) LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO PÉ ESQUERDO MARCHA CLAUDICANTE CICATRIZES

VALOR PLEITEADO / PERCENTUAL:	VALOR AVALIADO / PERCENTUAL	PERÍCIA MÉDICA:
R\$ 9.450,00 / 70%	R\$ 1.687,50 / 12,5%	
DOCUMENTO(S) COMPLEMENTAR(ES)		

PARECER:
JOELHO 50%

OBSERVAÇÕES:

DATA DA ANÁLISE	DATA DO ENCAMINHAMENTO	DR JOSÉ ARTUR F. AMORIM
08/08/2009	08/08/2009	CRM 52.314/74-2
		AMORIM E MATTOS
		ASSINATURA DO MÉDICO - CRM

APÓS O PAGAMENTO REALIZADO EM SEDE ADMINISTRATIVA, A AUTORA REQUEREU A COMPLEMENTAÇÃO INDENIZATÓRIA EM SEDE JUDICIAL, RECEBENDO O VALOR DE R\$9.450,00, CONFORME SENTENÇA ABAIXO:

Ante o exposto, com fulcro na legislação citada, decreto a **REVELIA** da empresa demandada **EMPRESA FEDERAL DE SEGUROS S/A** e ainda com base no art. 269, I do CPC **julgo parcialmente procedente** o pedido formulado pelo demandante **DEYVSON ARAGÃO** para condenar a **EMPRESA FEDERAL DE SEGUROS S/A** ao pagamento do seguro obrigatório DPVAT, relativo às **lesões sofridas em decorrência de acidente de veículo automotor de via terrestre**, no valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, cujo montante deverá ser atualizado pela correção monetária da Tabela do ENCOGE, a partir da propositura da ação, em 16/11/2009, até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, estes devidos a partir da citação, em 20/11/2009, nos termos do art. 405/406, do Código Civil c/c o art. 161 do CTN. Sem custas nem honorários nesta Instância, tendo em vista ser inaplicável o ônus da sucumbência nas decisões de primeiro grau nos Juizados Especiais Cíveis (art. 55, da Lei 9.099/95).

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Na hipótese de recurso, o valor do depósito será o equivalente a condenação com as correções impostas nessa decisão, (Art. 12, da Lei Estadual 11.404/1996), além de juros e taxa judiciária. Interposto o recurso, no prazo prescrito no art. 42, da Lei 9.099/95, após o decurso do prazo da apresentação das contra-razões, com ou sem esta, venham os autos conclusos. Decorrido o prazo sem recurso, certifique o trânsito em julgado da sentença, cumprida, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Não havendo cumprimento voluntário do julgado, requerendo a parte autora execução da decisão, encaminhem-se os autos ao Juizado Especial das Execuções Cíveis, procedendo às anotações de praxe. Encaminhem-se os autos para homologação do MM Juiz.

DESTE MODO, A PARTE AUTORA JÁ RECEBEU DA RÉ O VALOR TOTAL DE R\$11.981,25, CORRESPONDENTE A DOIS PAGAMENTOS REALIZADOS EM SEDE ADMINISTRATIVO E A UM REALIZADO EM SEDE JUDICIAL, TODOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA LESÃO NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO!!!

Assim, entendendo a Autora, erroneamente, ter direito ao valor da indenização do seguro DPVAT, propôs a presente demanda, pleiteando a diferença que entende ser devida.

OCORRE, EXA., QUE O ILUSTRE PERITO APURA LESÃO NO TORNOZELO ESQUERDO, SEGMENTO QUE FAZ PARTE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, JÁ INDENIZADO NO VALOR DE R\$11.981,25, CONFORME DEMONSTRADO NOS PROCESSOS EM ANEXO.

Portanto, não há que se falar em indenização no presente caso, uma vez que resta configurada a LESÃO PRÉ-EXISTENTE, bem como, resta claro a quitação administrativa e o pagamento total da lesão apurada no MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Pelo exposto, requer que seja julgado improcedente os pedidos da inicial, eis que comprovado o pagamento na esfera administrativa e ser a lesão pré-existente do autor ainda que decorrem de acidente de trânsito distintos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
RECIFE, 30 de outubro de 2020.
JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE